



**\*Minuta de Termo  
de Compromisso N.º \*\*\*/2024**

Leilão Eletrônico nº 022/2024  
Processo Adm. nº 211/2024

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG nº 45.659.022-5 SSP/SP e CPF nº 303.493.438-61, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, com registro no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, doravante designada **PERMISSIONÁRIO**, aqui representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, tem entre si, justo e avençado a presente ata, devidamente precedida da licitação, realizada na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, regendo-se pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, e dos Decretos Executivos nº 220/2023 e 714/2023 e ainda, pelas cláusulas e condições a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1.1. Permissão de uso de espaço público para exploração comercial de som ambiente na Rua XV de Novembro, entre os dias 04 e 24 de dezembro de 2024, mediante veiculação de propaganda e publicidade, conforme Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

- 2.1. O valor da permissão é de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_).
- 2.1.1. O permissionário deverá recolher também o valor de alvará especial para eventos de R\$ 22,30 (vinte e dois reais e trinta centavos) por dia.
- 2.2. O valor total proposto pelo permissionário deverá ser pago em até **24 h (vinte e quatro horas)** após a homologação do presente processo licitatório.
- 2.3. Obrigatoriamente o pagamento será realizado via GUIA, que será emitida pela Prefeitura, para controle do setor de arrecadação e financeiro/contábil, pois é criado um código específico de cada processo e valor.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA DESISTÊNCIA**

- 3.1. No caso de desistência da permissão, o licitante vencedor pagará multa correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) do valor da proposta feita.
- 3.2. Além dos casos já previstos neste Edital, dar-se-á como desistente, o ARREMATANTE que não efetivar o pagamento no prazo estabelecido.



## **CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA**

4.1. O contrato terá vigência de 6 (seis) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que devidamente justificada a necessidade deste ato.

## **CLÁUSULA QUINTA DAS RESPONSABILIDADES**

5.1. São obrigações do permissionário:

- a) Fornecimento, montagem e desmontagem de toda a estrutura e equipamentos necessários;
- b) Pagamento do ECAD;
- c) Pagamento de alvará municipal, conforme tabela de preços públicos, sendo alvará especial para eventos, por dia;
- d) Arcar com as despesas de energia elétrica dos seus equipamentos;
- e) Manter nível de som de acordo com OS parâmetros permitidos pela legislação que assunto, atendendo também as regras estabelecidas pela Lei Municipal do regulamenta 4.635/2014 (Lei de Ruídos Urbanos), a fim de não causar perturbação da paz e sossego público;
- f) Divulgar gratuitamente anúncios institucionais e de utilidade pública determinados pela Municipalidade, sempre que solicitado;
- g) Desligar o som no caso de ocorrer a realização de algum evento da Prefeitura no local;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela segurança e guarda dos seus equipamentos, ficando estabelecido que não caberá nenhuma responsabilidade Prefeitura no caso de extravio, furto, etc.

5.2. As propagandas veiculadas deverão ser de natureza exclusivamente comercial, sendo vedada a veiculação de propaganda de cunho pessoal, religioso ou político-partidária, de bebidas alcoólicas e de cigarro ou que deponham contra a moral e os bons costumes;

5.3. A Prefeitura, a qualquer tempo, poderá realizar inspeções fiscalizações no espaço utilizado pelo permissionário, podendo exigir e examinar documentos, solicitar explicações e determinar providências, devendo o permissionário providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela Prefeitura.

5.4. O permissionário é responsável pela indenização de quaisquer danos causados aos cidadãos, ao Município e a terceiros eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudências praticadas por seus empregados ou prepostos, ficando assegurado ao Município direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## **CLÁUSULA SEXTA DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



- 6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Leiloeiro/Agente de Contratação durante o certame;
- 6.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 6.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 6.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou
  - 6.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
  - 6.2.4. não efetuar o pagamento e não entregar a documentação exigida para a formalização da venda, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 6.2.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 6.2.6. fraudar a licitação;
  - 6.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 6.2.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 6.2.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 6.2.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 6.2.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.3.1. advertência;
  - 6.3.2. multa;
  - 6.3.3. impedimento de licitar e contratar;
  - 6.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.
- 6.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 6.4.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 6.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 6.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 6.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.5. A multa será recolhida em percentual de 1% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, de acordo com a gravidade do caso, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, de acordo com a Lei 14.133/2021.
- 6.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de sua intimação.
- 6.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5



(cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### **DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

7.1. Quando desta Proposta resultar acesso, recebimento, processamento, transmissão, classificação, transferência ou qualquer outro tratamento de dados pessoais, as Partes, por si, seus representantes, prepostos, empregados e/ou terceiros, deverão:

(i) Cumprir as normas brasileiras vigentes sobre proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”), a todo o momento e de forma completa, mantendo comprovação de tal cumprimento;

(ii) Garantir o enquadramento do tratamento de dados pessoais em uma das bases legais previstas na LGPD quando atuando na qualidade de controladoras;

(iii) Tratar os dados pessoais exclusivamente para finalidades decorrentes desta Proposta e em hipóteses autorizadas pela legislação aplicável, especialmente a LGPD;

(iv) Cooperar mutuamente para garantir o cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais e determinações de autoridades fiscalizadoras relativas ao tratamento de dados pessoais realizados em razão desta Proposta, assim como o atendimento às obrigações decorrentes da LGPD no que concerne o objeto da Proposta;

(v) Manter os dados pessoais em sigilo e segurança, adotando medidas de segurança da informação adequadas ao risco de suas atividades, incluindo as medidas de segurança física, técnica e organizacional comercialmente razoáveis e adequadas para garantir a segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais, bem como para evitar eventual alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado;

(vi) Notificar a outra Parte em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do seu conhecimento: (a) o recebimento de qualquer comunicação, incluindo notificação ou citação, solicitando o fornecimento da integralidade ou parte dos dados pessoais; e (b) a ocorrência de qualquer violação de dados pessoais, juntamente com informações sobre os dados pessoais objeto da violação, quantidade de titulares afetados, consequências da violação, medidas adotadas para reduzir eventuais impactos da violação, e outras que possam ser razoavelmente necessárias;

(vii) Compartilhar dados pessoais com subcontratados ou suboperadores somente se existente compromisso escrito com estes, capaz de garantir proteção equivalente àquela decorrente desta Proposta e da legislação aplicável;

(viii) Garantir que empregados, prepostos, representantes e quaisquer terceiros contratados e suboperadores estejam sujeitos a obrigações de confidencialidade adequadas à natureza do tratamento de dados pessoais realizado em razão da Proposta;

(ix) Destruir ou devolver, conforme definido conjuntamente pelas Partes, a totalidade ou parte dos dados pessoais compartilhados, incluindo cópias existentes ao término da relação entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de retenção dos dados pessoais em razão de obrigação legal ou regulatória ou outra hipótese legal autorizadora;



- (x) Autorizar, sempre que aplicável e devidamente justificado, a realização de avaliação e auditoria quanto ao cumprimento do previsto nesta Proposta;
- (xi) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos decorrentes de e/ou relacionados ao tratamento de dados pessoais causados por sua culpa e/ou dolo, inclusive de seus representantes, prepostos, empregados e/ou terceiros, plenamente assegurado o direito de regresso se a parte não infratora for acionada.

### **CLÁUSULA OITAVA DO FORO**

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lençóis Paulista para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente CONTRATO, renunciando-se a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo presente, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **PERMISSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Responsável  
Cargo

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG: